

Jornal do Engenheiro Agrônomo

Impresso
Especial

9912202447-DR/SPM
AEASP

...CORREIOS...

ANO 41, Abril/Maio de 2011, nº 259



Novo Código Florestal pode ser aprovado ainda nesse semestre

Proposta do Deputado Aldo Rebelo consolida as áreas produtivas, tira os agricultores da ilegalidade e oferece condições de regularização, mantendo as atuais referências de proteção ambiental | Pág 06

Entrevista Walter Lazzarini

Presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) | Pág 09



Filiada a Confederação das Federações
de Eng. Agrônomos do Brasil (Confaeab)

Presidente Arlei Arnaldo Madeira

aeasp@sti.com.br

1º vice José Antonio Piedade

piedade@cati.sp.gov.br

2º vice Angelo Petto Neto

petto@widesoft.com.br

1º secretário Ana Meire Coelho

Figueiredo Natividade

anikka@lexxa.com.br

2º secretário Francisca Ramos de

Queiroz Cifuentes

ninacifuentes@hotmail.com

1º tesoureiro Luis Alberto Bourreau

bourreau@terra.com.br

2º tesoureiro Rene de Paula Posso

reneposso@uol.com.br

Diretor Glauco Eduardo Pereira Cortez

glauco.cortez@uol.com.br

Diretor Luiz Ricardo Viegas de Carvalho

ricardoviegas@terra.com.br

Diretor Marcos Roberto Furlan

furlanagro@yahoo.com.br

Diretor Nelson de Oliveira Matheus Júnior

nmatheus@sp.gov.br

Diretor Sebastião Henrique Junqueira de Andrade

aeasp@sti.com.br

Diretor Tulio Teixeira de Oliveira

aenda@aenda.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Aguinaldo Catanoce, Arnaldo André

Massariol, Celso Roberto Panzani, Fernando

Penteado Cardoso, Francisco José Burlamaqui

Faraco, Genésio Abadio de Paula Souza,

Henrique Mazotini, José Amauri Dimarzio,

José Maria Jorge Sebastião, José Paulo Saes,

Luiz Henrique Carvalho, Luiz Mário Machado

Salvi, Pedro Shigueru Katayama, Tais Tostes

Graziano, Valdemar Antonio Demétrio

CONSELHO FISCAL:

André Luis Sanches, Anthero da Costa Satiago,

José Eduardo Abramides Testa

Suplentes: Francisco Frederico Sparenberg

Oliveira, João Jacob Hoelz, Celso Luis Ro-

drigues Vegro



Órgão de divulgação da Associação
de Engenheiros Agrônomos do
Estado de São Paulo

Conselho Editorial

Ana Meire Coelho F. Natividade

Ângelo Petto

Sebastião Junqueira

Diretor Responsável

Nelson de Oliveira Matheus

Jornalista Responsável

Adriana Ferreira (MTB 42376)

Colaboradora: Sandra Mastrogiacomio

Secretária: Alessandra Copque

Tiragem: 10.000 exemplares

Produção: Acerta Comunicação

Diagramação e Ilustração: Janaina Cavalcanti

Redação: Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar

CEP 01041-000 - São Paulo - SP

Tel. (11) 3221-6322 / Fax (11) 3221-6930

aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br

Os artigos assinados não refletem a opinião da AEASP.
Permitida a reprodução com citação da fonte.

A discussão em torno da reformulação do Código Florestal é mesmo o tema que tomará conta de nossas agendas nesse primeiro semestre. Não há como ignorar, a questão é complexa e envolve a todos nós. Nossa diretoria está acompanhando atentamente o desenrolar da proposta em análise no Congresso. Temos claro que a produção agrícola tem de ser preservada e apoiada. Afinal, a demanda mundial por alimentos é crescente.



Foto: Luciano Monesso.

A matéria de capa desta edição do JEA atualiza o tema e traz o depoimento de importantes personalidades acerca de alguns dos pontos mais polêmicos da revisão do Código. Nesse momento em que escrevo essas linhas as informações que temos apontam para aprovação de um texto onde a parte da agricultura é de fato contemplada. Esperamos que assim seja e que prevaleça o bom senso. Com isso, ganha a sociedade brasileira como um todo.

Teremos uma nova seção intitulada "Conexão Mercado" cujo objetivo é estabelecer uma ponte entre a universidade e o mercado de trabalho, trazendo sempre o ponto de vista de profissionais que estão há tempos em exercício.

Haverá sempre o espaço para o intercâmbio, de várias formas. Este mês, por exemplo, dois estudantes da ESALQ fazem perguntas ao colega Henrique Mazzotini, presidente executivo da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV), que responde aos jovens e fala também de seu trabalho.

O colega Walter Lazzarini, ex-presidente da AEASP, que hoje atua na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), como presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente possui uma trajetória profissional bastante interessante e conta um pouco dela em entrevista que concedeu a esse JEA. Vale a pena conferir.

Em nome da diretoria da AEASP, quero desejar boa sorte ao colega Hamilton Humberto Ramos que acaba de assumir a direção do IAC. Também destacamos nesse JEA algumas das propostas de Graziano Silva, candidato à direção-geral da FAO.

Por fim, aproveite esse espaço para pedir a contribuição de vocês à campanha de ajuda aos irmãos do oriente, os japoneses, que vivem um momento de dor e necessidade. Em nome dos muitos colegas japoneses e descendentes que aqui vivem e que tanto trabalharam pela nossa agricultura. Os dados para depósito se encontram na página 15 deste periódico.

Boa leitura!

Eng. Agrônomo **Arlei Arnaldo Madeira**



Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar
CEP 01041-000 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3221-6322 Fax (11) 3221-6930
aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br

As propostas de Graziano Silva

Eradicação da fome, estímulo à produção sustentável de alimentos, abordagem mais integrada para enfrentar os desafios do século XXI, conclusão da reforma da FAO e o aumento da Cooperação Sul-Sul. Esses são os cinco pilares nos quais José Graziano da Silva baseia sua candidatura à Direção-Geral da FAO. “As recentes crises econômica, financeira, de alimentos e de energia, aliadas aos contínuos processos de mudança climática e de degradação do meio ambiente são lembretes da necessidade de se ter uma FAO forte, concentrada e ágil. Para alcançar esse objetivo de forma ordenada, minha candidatura está apoiada em cinco grandes pilares nos quais canalizarei minhas energias, se eleito”, explicou Graziano da Silva. Ele também afirmou sua disposição de garantir uma conclusão rápida e satisfatória da reforma da FAO. Para isso, lembrou a experiência que acumula como Representante Regional da FAO para América Latina e Caribe nos últimos anos. “Estou mais que ciente da necessidade de uma verdadeira descentralização, delegação de autoridade para os países e regiões e maior transparência e responsabilidade”, relatou Graziano, que tem sido um dos principais defensores da aceleração do processo da reforma dentro da FAO.

Graziano da Silva também manifestou sua vontade de fortalecer a Cooperação Sul-Sul como uma maneira de aproveitar melhor as experiências bem sucedidas de muitos países em desenvolvimento no combate à fome, a promoção da agricultura, principalmente da familiar, e o desenvolvimento rural sustentável.

Foto: divulgação



IAC sob outro comando

O Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) tem novo diretor-geral. O pesquisador científico Hamilton Humberto Ramos assumiu o cargo no final de março, em substituição a Marco Antônio Teixeira Zullo, que estava à frente do órgão desde 2008. Zullo, que também é pesquisador científico do IAC, retorna às atividades de pesquisa.

No IAC há 17 anos, Ramos se dedica às tecnologias de aplicação de agrotóxicos, envolvendo aspectos de segurança e saúde nessa atividade. Agrônomo, ele é uma referência no Brasil sobre o correto uso das tecnologias e os conseqüentes reflexos na redução de impactos no ambiente, na saúde do trabalhador rural e nos custos de produção agrícola. Com intensa experiência no contato direto com agricultores, a quem transfere ensinamentos sobre a utilização adequada de pulverizadores, e na geração de conhecimento para a produção de equipamentos de proteção individual (EPI), agora ele passará a atuar na gestão do IAC, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo. Esse perfil deverá influenciar as ações administrativas no sentido de aproximar ainda mais as tecnologias IAC dos setores de produção do agronegócio e das instituições de formação de profissionais do setor, incluindo faculdades, universidades e escolas técnicas.

Foto: divulgação



A AEASP presta sua homenagem

aos colegas falecidos recentemente e oferece condolências às suas famílias

Cândido Ricardo Bastos, Engenheiro Agrônomo (ESALQ/USP, 1973) Mestre em Melhoramento Genético de Plantas (Mississippi State University, 1981); Doutor (Mississippi State University/USA, 1982) em Melhoramento de Arroz e Pós-Doutorado (Texas A&M University/USA, 1991). Atuava no IAC desde 1974, na área de Melhoramento Genético do Arroz com Ênfase em Tipos Especiais de Arroz, para nichos de mercado. Dentre outras atividades, chefiou a equipe de pesquisa do arroz no Pólo Regional de Pindamonhangaba.

Faleceu aos 96 anos, no dia 29 de março, o professor Guido Ranzani, formado pela ESALQ, em 1941. Ele iniciou suas atividades profissionais na ESALQ como segundo assistente da Cadeira de Química Agrícola, em 1944. Dois meses depois já era o primeiro assistente da mesma cadeira. Foi substituído do professor Tufi Coury, como assistente de Química Agrícola, em 1956 e, no mesmo ano obteve o título de livre docência em Agricultura Geral. No ano seguinte, tornou-se professor catedrático da 13ª Cadeira de Agricultura Geral. Ainda na Escola, foi responsável pela criação e direção do Centro de Estudos de Solos da ESALQ (1965 a 1973).

Os modelos para análise dos solos foram trazidos por ele, dos EUA. Esse centro tornou-se, então, sede do projeto para caracterização dos solos dos países sul-americanos. Colômbia, Equador, Peru, Chile, Bolívia e Paraguai

foram percorridos por uma equipe de pesquisadores para que os estudos pudessem ser desenvolvidos. Aposentou-se em 1977, mas não parou. No período de 1981 a 2002, foi chefe do departamento de Ciências Agrônômicas do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA). Foi assessor do Instituto Interamericano de Ciências Agrárias (IICA). Na Embrapa foi consultor, além de chefe do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados. Na Universidade do Tocantins foi professor visitante e consultor da Fundação.



Foto: divulgação

IB presta homenagem

O Instituto Biológico realizou uma homenagem à pesquisadora Veridiana Victória Rossetti, falecida em janeiro. Na ocasião, além de alguns depoimentos de colegas que trabalharam com ela, o Prof. Dr. Roberto Rodrigues e o Prof. Dr. Elliot W. Kitajima também prestaram suas homenagens. A solenidade ocorreu na sede do IB, em São Paulo.

DESPEDIDA

Idéias para o Plano de Safra 2011/12

Fernando Penteadó Cardoso

A Fundação Agrisus recebeu um honroso pedido de colaboração, no final de janeiro, do secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Edilson Guimarães. Na época, o MAPA elaborava o Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 e solicitou nossas avaliações e propostas voltadas ao desenvolvimento do setor agropecuário. A Secretaria de Política Agrícola coordena um conjunto de ações para tornar o Plano o mais adequado possível às demandas do agronegócio brasileiro. Como ponto de partida, realiza consultas aos setores direta ou indiretamente relacionados ao processo produtivo agroindustrial.

A agropecuária foi a atividade que mais cresceu nos últimos dez anos, de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A média do Produto Interno Bruto (PIB) do setor, entre 2000 e 2010, aponta uma elevação anual de 3,67%. Já a média anual do PIB geral do país mostra avanço de 3,59%. Em 2010, a atividade agropecuária cresceu 6,5%, ficando em segundo lugar entre os setores que mais se destacaram no país (ainda segundo o IBGE, a economia brasileira aumentou 7,5% no ano passado, em relação a 2009).

Mesmo com esse desempenho, ainda é possível fazer muito. Em nosso entender, um Plano de Safra deve levar em conta o próximo plantio dentro de um contexto que considera também as colheitas futuras. Na resposta ao MAPA, destacamos a necessidade de expansão do Sistema de Plantio Direto (SPD), que muito poderá contribuir com o aumento da fertilidade e a preservação de nossas terras. Reiteramos assim, nosso ponto de vista anteriormente exposto aos técnicos da pasta em palestra proferida no MAPA em 15 de abril de 2010. O próprio Ministério já anunciou um programa para estender o SPD por mais 8 milhões de ha nos próximos anos.

Sugerimos que a adoção do SPD com cobertura adequada seja contemplada com incentivos através do sistema de financiamento agrícola, bem como dos prêmios de seguro de safra. Os incentivos a serem criados devem ser estendidos para a melhoria da qualidade do sistema, tendo em conta que o levantamento executado pelas equipes



do Rally da Safra 2010, com nosso apoio financeiro, revelou que, nas culturas de soja, apenas 40% das 1.034 lavouras visitadas apresentavam uma adequada cobertura de resíduos.

Em nossa opinião, os órgãos públicos especializados precisam se concentrar tanto no aperfeiçoamento tecnológico do SPD (pesquisa), como na divulgação das técnicas já desenvolvidas (extensão), porém ainda não adotadas por boa parte do universo de produtores, tanto de culturas anuais como permanentes.

É preciso que haja um reconhecimento por todos os setores públicos ligados à agropecuária que o SPD significa um novo ambiente pedológico-físico, químico e biológico- da maior importância para a sustentabilidade das atividades rurais. Precisamos reafirmar sempre nossa disposição em mudar conceitos e práticas, dentro da conclusão formulada por Heráclito de Éfeso no ano 500 AC: "nada existe de permanente salvo a mudança"

Fernando Penteadó Cardoso é Eng. Agrônomo Sênior - ESALQ - 1936. Fundador e ex-Presidente da Manah S.A. e Presidente da Fund. Agrisus.

FUNDAÇÃO AGRISUS
Agricultura Sustentável
www.agrisus.org.br

Financia projetos de:

- Educação Individual (bolsas e viagens);
- Educação Coletiva (eventos e publicações);
- Pesquisas técnicas com o objetivo de melhorar a fertilidade sustentável do solo com ambiente favorável.

Precaução e Prevenção

Tulio Teixeira de Oliveira

Nascido em uma Alemanha pós-guerra, para justificar uma política de reconstrução coligada a preservação ambiental, o Princípio da Precaução foi aos poucos sendo incorporado a acordos internacionais e em 1992, foi reconhecido como o 15º Princípio da Declaração assinada na ECO RIO 92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento).

PRINCÍPIO 15 - De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com as suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

Tal qual o conceito do bem e do mal que pode variar regionalmente e modificar-se ao longo do tempo, em geral por dogmas e condicionantes religiosos, o princípio da precaução tem função limitada ante a concepção individual ou social da realidade e da postura vivencial, mais em razão de mantras mediáticas que obscurecem nossa percepção e entendimento.

Mesmo considerando um determinado espaço-tempo por vezes a precaução surge distorcida, misturando-se com simples necessidades de prevenções. No caso dos agrotóxicos, por exemplo, antes mesmo de ter seu passaporte carimbado para uso nas lavouras, o produto já ultrapassou diversas barreiras precaucionais. Precauções totalmente esquecidas pela mídia. Veja o quadro.

Essas são as precauções que a ciência impõe quando do desenvolvimento de um pesticida para que possa ser usado sem maiores temores no tocante à exposição e à dieta alimentar. Essas precauções foram aprimoradas durante décadas. Claramente elas nos mostram que não somos ignorantes sobre a periculosidade de um produto e o conhecimento acumulado não pode ser taxado de incerteza científica.

É como um carro. Hoje temos um sistema de freios bem mais seguro que os dos primeiros carros. A estrutura moderna de um veículo protege mais seus passageiros que anteriormente. No entanto, o risco persiste, pois o veículo em movimento pode se chocar com transeuntes. Se o risco persiste, mas o bem não pode ser substituído simplesmente (o Princípio da Precaução respeita a realidade sócio-econômica, como se observa na sua descrição), então lançamos mão de Medidas de Prevenção. Aliás, se não fosse assim, o carro já teria sido proibido.

Para o carro, temos cintos de segurança, sacos infláveis, faróis, revisões, regras de trânsito. Para os pesticidas temos equipamentos de proteção individual, cabines fechadas, revisões dos equipamentos aplicadores, distância de cursos d'água, receita agrônômica e uma série de medidas preventivas para a saúde e meio ambiente descritas nos rótulos e bulas.

Infelizmente, as atuais Reavaliações brasileiras de pesticidas são realizadas dissociadas da tecnicidade científica. Há uma propensão para renegar as precauções aqui mostradas e uma quase letargia em construir prevenções no contexto da nossa realidade tropical e sócio-econômica.

Comemos 70% do total

Na área toxicológica ligada à saúde pública ocupacional, a dose testada em animais de laboratório é bem superior àquela do futuro uso. Os estudos toxicológicos, farmacocinéticos e de metabolismo são feitos em diversos tipos de animais e o resultado escolhido é aquele da cobaia que se mostrou mais sensível, acrescidos de um fator 10 vezes, justamente para representar essa variabilidade entre animais. Como não é possível testar completamente o produto diretamente em humanos é acrescentado outro fator 10 vezes.

Para estabelecer o limite máximo de resíduo que uma pessoa pode ingerir por dia durante toda a sua vida sem sentir danos, outros fatores de segurança são agregados. Aí, nesse estudo do risco dietário, temos: O resíduo é verificado em todas as partes do extrato vegetal e não só na parte comestível (banana e laranja, por exemplo, só se ingere 70% do total). O maior valor encontrado de resíduo é o que fica valendo, inde-

pendente do encontrado no ponto da curva que exprime o prazo de carência entre a última aplicação e a colheita. Relevante ressaltar ainda que não se tem levado em conta: (a) a constatação de que apenas parte da safra é tratada com o pesticida em estudo, ou (b) que na maioria das culturas tratadas o resíduo tem ficado bem abaixo do LMR determinado e (c) nem se cogita considerar as reduções dos resíduos no tempo de armazenagem ou no processamento industrial (lavagem, secagem, fermentação, refinamento, cocção, etc.).

Na área ambiental os níveis de periculosidade de uma substância são estabelecidos a partir de estudos de cinética e biodegradabilidade nos solos, testes de toxicidade em microorganismos do solo, algas, crustáceos, minhoca, aves, abelhas e mamíferos.



Tulio Teixeira de Oliveira é Eng. Agrônomo e Diretor Executivo da AENDA - www.aenda.org.br / aenda@aenda.org.br

AENDA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS DEFENSIVOS GENÉRICOS

Novo Código Florestal pode ser aprovado

Proposta do Deputado Aldo Rebelo consolida as áreas produtivas, tira os agricultores da ilegalidade e oferece condições de regularização, mantendo as atuais referências de proteção ambiental

O debate acerca da reforma do Código Florestal segue marcado pela polarização e pelo recrudescimento de posições. A matéria ainda está em análise no Congresso Nacional e os produtores rurais pressionam para que seja votada antes de junho de 2011.

Para o advogado e gerente geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Ícone), Rodrigo C. A. Lima, o momento atual é único pela oportunidade de criar uma nova lei que incentive a regularização ambiental. "O Brasil precisa ter uma reforma, o código florestal parou em medidas provisórias, o que o tornou confuso. É preciso um código mais claro e que traga equilíbrio entre a produção e a preservação do meio ambiente", afirma. O Ícone lançou recentemente uma cartilha sobre o tema na qual aponta uma série de medidas que visam dar equilíbrio ao CF e acabar com a insegurança jurídica que o atual documento traz (veja na pag. 8).

O Engenheiro Agrônomo e pesquisador do Instituto de Economia Agrícola (IEA), Eduardo Pires Castanho concorda com Lima e assinala a importância dessa discussão: "Pela primeira vez está se discutindo no Brasil a questão do código florestal, apesar das discussões estarem polarizadas e, em alguns momentos, equivocadas. Mas o importante é o assunto ser discutido".

A atual lei ambiental brasileira está em vigor desde 1965 e tem sido alterada por medidas provisórias. Há anos existem tentativas de atualizá-la. Em 1999, o já falecido Deputado Sérgio Carvalho (PSDB-RO) apresentou o projeto de lei 1876 no qual propunha a reforma. Mas o projeto não seguiu em frente. No final de 2009, o governo federal criou o Programa Mais Ambiente, com o objetivo de recuperar, recompor e manter as Áreas de Preservação Permanente (APPs) dentro das propriedades, além de obrigar os proprietários a averbarem a área de Reserva Legal (RL) do imóvel.

Em 2010, a Câmara dos Deputados criou a Comissão Especial do Código Florestal, cujo relator é o Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP). Boa parte do texto corresponde aos anseios dos ruralistas, mas desagradou aos ambientalistas e ao governo federal, que o consideraram muito favorável a expansão agrícola, o que conseqüentemente elevaria o desmatamento. Diante desse impasse, o governo resolveu modificar a proposta inicial de Rebelo para facilitar sua aprovação no Congresso.

Fim do prazo

De acordo com o decreto 6.514, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605/1998) e trata da obrigatoriedade da averbação da RL, o prazo estipulado para os proprietários rurais aderirem ao programa se encerra no dia 11 de Junho de 2011. Após essa data, quem não averbar a RL estará cometendo uma infração ambiental e poderá pagar multa que pode ultrapassar os R\$100 mil reais. Este é um dos

propulsores que levam os ruralistas a pressionarem a aprovação do novo código, já que ele propõe a anistia dessas sanções penais.

Para o gerente geral do Ícone, esse é um assunto delicado. "Desde 2008 as multas vem sendo postergadas. O prazo estipulado pelo governo vence agora e por isso tem tido toda essa pressão. Caso o novo código não seja aprovado, talvez haja uma nova Medida Provisória. E ainda tem produtores com área plantada e que não podem fazer a colheita, pois a propriedade está embargada".

Para Castanho, caso o novo código não seja aprovado até junho, as sanções penais podem prejudicar os pequenos produtores: "Muitos deles não terão como pagar e correm o risco de entregar a propriedade ao governo", analisa o pesquisador.

Tanto o governo quanto os ambientalistas não apóiam a proposta de anistia. O governo afirma que a União tem um passivo de mais de 10 bilhões de reais em multas a receber dos proprietários rurais que realizaram os desmatamentos ilegais. Já os ambientalistas afirmam que se a anistia for aprovada, não haverá mais a necessidade de recuperar as áreas desmatadas e os infratores não terão que responder pelos crimes ambientais cometidos, o que seria um incentivo ao aumento do desmatamento.

O Engenheiro Agrônomo Walter Lazzarini, atual presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que também é produtor rural, não concorda com o perdão das dívidas. "Se houver esta anistia será um desserviço à cidadania. Mais grave do que premiar quem desrespeitou as leis é indicar o caminho para que os demais façam o mesmo. Quem desrespeitou precisa ser punido e tem de haver uma compensação ambiental. Ou seja, recomposição da área desmatada", enfatiza Lazzarini.



Rodrigo C. A. Lima,
gerente geral do Instituto Ícone



Eduardo Pires Castanho, pesquisador^B
do Inst. de Economia Agrícola (IEA)

ainda nesse semestre

Na opinião do deputado federal Ricardo Trípoli (PSDB-SP) a anistia concedida a quem devastou até 22 de julho de 2008 deve ser alterada. "O correto seria adotar o dia 21 de setembro de 1999, quando entrou em vigor o primeiro regulamento que trata desta questão. A regularização precisa ocorrer nos termos do Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais. É inaceitável a postura de que a flexibilização das normas ambientais nacionais possa ser delegada aos estados e ao Distrito Federal, sem a União ao menos assumir a coordenação dos programas de regularização."

Com isso tanto a bancada ruralista quanto o governo abriram negociações. A idéia é que a anistia deve ser concedida somente até 2001, ano em que foi editada uma das inúmeras medidas provisórias, a qual alterou a APP. E as multas que seriam aplicadas àqueles que desmataram ilegalmente após essa data, poderiam ser convertidas em compensação ambiental.

As polêmicas

A reforma do Código Florestal Brasileiro envolve produtores rurais, ambientalistas, governo e organizações de defesa do meio ambiente, tanto nacionais quanto internacionais.

A base da proposta de Aldo Rebelo reside no questionamento da impossibilidade de uma única lei ser capaz de regular, e com eficiência, todos os aspectos que abrangem o uso da terra em um país com extensão territorial superior a 08 mil km² e biomas diversos como o Brasil.

O projeto apresentado tem 270 páginas e gera muitas polêmicas, principalmente no que se refere as APP's, as RL's e a anistia aos produtores. O texto ainda pode sofrer alterações e o Deputado já admite retirar a chamada "moratória do desmatamento". O artigo prevê um período de cinco anos no qual não seria permitido o corte raso de floresta nativa para a abertura de novas áreas agropecuárias. Segundo Rebelo, essa medida não irá acelerar o desmatamento.

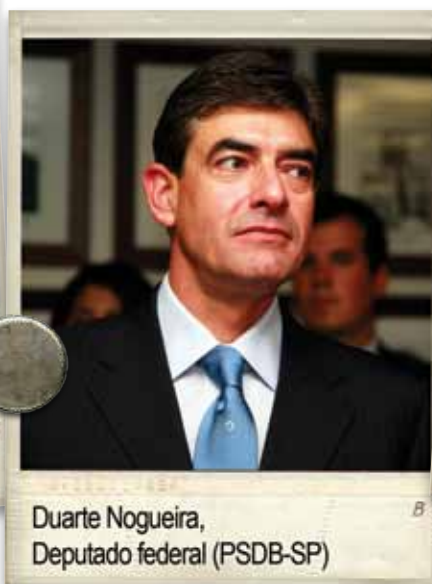
O deputado Trípoli diz que a proposta de Rebelo apresenta sérios problemas. "Se o relatório for aprovado da maneira como está, impli-

cará em um inegável retrocesso em relação as normas nacionais em vigor", diz o parlamentar paulista.

Já para deputado federal Duarte Nogueira (PSDB-SP) as discussões em torno do código e as propostas apresentadas pelo colega da câmara geraram bons frutos: "Os debates foram essenciais para

Principais pontos da reforma

- ✓ • Isenção de RL nas propriedades com área inferior a 04 módulos fiscais;
- ✓ • As APP's poderão ser menos estreitas, conforme a largura do curso d'água;
- ✓ • Inclusão das APP's no cômputo total da área de RL a ser averbada na propriedade;
- ✓ • Maior autonomia para os Estados e Municípios deliberarem sobre as questões ambientais;
- ✓ • Anistia aos produtores que tiverem cometido os chamados crimes ambientais;
- ✓ • Concessão de prêmios, créditos e outras compensações aos proprietários de terras produtivas obrigados a averbarem RL;
- ✓ • Possibilidade de compensar áreas dentro de Unidades de Conservação, averbando a mesma extensão como RL em propriedades rurais na região da mesma Bacia Hidrográfica.



alcançarmos o atual estágio em que se encontra a modernização do Código Florestal. Todos temos consciência do trabalho hercúleo feito pelo relator, deputado Aldo Rebelo, que se esforçou em ouvir todos os setores antes de apresentar seu parecer.”

Duarte Nogueira admite algumas divergências, mas acredita que estas serão eliminadas dentro do próprio plenário. “O que não me parece sensato é seguir adiando a questão, algo que apenas agrava ainda mais a atual insegurança jurídica que reina no campo.”

Área de Preservação Permanente e Reserva Legal

As APP's têm como função o equilíbrio ecológico, ou seja, são importantes na preservação da biodiversidade, dos recursos hídricos, da fauna, da flora e do solo. Justamente pela importância para a preservação ambiental é que os ambientalistas se posicionaram contra a proposta apresentada. Em contrapartida, os ruralistas dizem que boa parte desses locais são mal aproveitados.

As APPs localizadas em encostas de morros com mais de 45° de declividade obedecem as atuais regras de preservação, porém a proposta consolida as áreas que já estão sendo utilizadas para as atividades agrícolas, as quais farão parte do Zoneamento Ecológico-Econômico, que será promovido dentro de cada Estado.

A utilização das áreas como topo dos morros, serras e montanhas na agricultura também desagradam muitas pessoas, pois os topos são importantes para os lençóis freáticos – quando chove, a água é absorvida pelo solo dessas áreas e abastece os rios subterrâneos. Outro fator é que a vegetação nativa dos topos evita os deslizamentos, como o ocorrido no Rio de Janeiro no início desse ano.

De acordo com a proposta de Rebelo, as margens dos rios terão reduzidas as suas faixas de preservação. Nela, o deputado reduz de 30 para 15 metros a faixa de preservação da mata ciliar junto aos arroios e rios com até cinco metros de largura. Porém, recentemente, Rebelo admitiu a possibilidade de reduzir ainda mais essa área - para 7,5 metros. Nos demais, a metragem é variável e pode chegar até 500 metros nos rios de grande porte.

A proposta é contestada pelos ambientalistas. Para eles, a redução deixará os riachos mais suscetíveis à erosão, ao assoreamento e a poluição. O relator defende a proposta e afirma que o objetivo é beneficiar as pequenas propriedades, principalmente aquelas que são cortadas por dois ou três arroios e se o proprietário tiver de preservar 30 metros, segundo o deputado, praticamente não terá onde plantar.

Ainda dentro da discussão que envolve as APPs, existe uma proposta que pode agradar tanto aos ambientalistas quanto aos agropecuaristas: a remuneração por serviços ambientais para quem mantém as áreas verdes preservadas.

As RL's são outro ponto de discórdia, atualmente a sua área é determinada em 20% da propriedade rural para a preservação da mata nativa. A proposta retira essa exigência dos proprietários de áreas com até quatro módulos fiscais.

Para os ambientalistas a proposta incentiva os produtores rurais a dividir as suas propriedades para se livrarem da exigência. A alternativa em discussão é a isenção da RL apenas para as propriedades de agricultura familiar, com até um módulo fiscal. Em compensação teriam que preservar as matas nativas, como já determina o atual CF.

O projeto também propõe que as áreas de preservação permanente sejam computadas às RL's. Essa medida possibilitaria mais espaço para a produção nas propriedades, especialmente as pequenas. Já os ambientalistas argumentam que as APP's e as ARL's são coisas distintas e que uma não pode substituir a outra. Também não admitem que, no caso da Amazônia, a RL seja reduzida de 80% para 20%, como sugere o projeto de Rebelo.

São Paulo, um caso à parte

O Estado de São Paulo se encontra numa situação à parte. Os produtores rurais paulistas precisam responder as regulamentações da Legislação Ambiental ocorrida depois de 1970, período no qual se esgotaram



todas as fronteiras agrícolas no Estado.

Em entrevista concedida ao JEA no ano de 2009, o Engenheiro Agrônomo e Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA), José Sidnei Gonçalves afirmou que a legislação de 2001 é impossível de ser aplicada no Estado, pois determina a transformação em mata nativa de 3,7 milhões de hectares. “Se você tirar o Vale do Ribeira e o Vale do Paraíba, sobra o Planalto onde está a grande agricultura paulista, e de acordo com a norma de 2001, é preciso reconverter 3,6 milhões de hectares no Planalto para proteção ambiental, o que torna a lei inexecutável”, explica.

José Sidnei defende que para o Estado de São Paulo o produtor seja submetido ao texto original da Legislação Ambiental (LA), de 1965, e somente responda às normas contidas nessa legislação, o que o tornaria desobrigado a atender as modificações posteriores a esse período. Também defende um novo pacto federativo que defina claramente as competências e a capacidade das unidades na atuação dos assuntos relacionados ao meio ambiente. “Acho fundamental recompor as matas nativas e ciliares e todas as áreas de proteção para o Sul e Sudeste. Considero que o engenheiro agrônomo tem de ser o interprete e o equilíbrio nessa discussão. Não deve estar nem do lado do ruralista e nem do lado do ambientalista. Deve ser o engenheiro da produção sustentável com cumprimento de normas ambientais factíveis.”

Propostas do Ícone:

- Reconhecer a ocupação de áreas legalmente desmatadas de acordo com a lei vigente, o que é central para trazer segurança jurídica ao novo Código;
- Criar mecanismos que incentivem a regularização, o que envolve recompor APPs e compensar/recompor áreas de Reserva Legal;
- Prever o estabelecimento de um cadastro ambiental que permita, além da regularização das propriedades agrícolas, ter um mapeamento detalhado das áreas produtivas e das áreas conservadas;
- Prever critérios que facilitem a delimitação das APP's e das áreas de Reserva Legal;
- Estabelecer um mercado de compensação de Reserva Legal baseado em cotas de reserva ambiental estabelecidas sobre áreas além dos limites mínimos da RL e que excluam as APP's;
- As cotas de reserva ambiental poderão ser arrendadas por um período mínimo, no qual a área não poderá ter outra destinação, ou mesmo vendidas ou doadas;
- A compensação poderá ocorrer dentro do mesmo bioma e deverá incentivar a conservação de áreas prioritárias para a biodiversidade, a formação de corredores ecológicos e a conectividade com APP's e unidades de conservação;
- A recuperação de áreas degradadas ou de baixa aptidão agrícola deverá ser incentivada pelo governo como forma de compensação da Reserva Legal; isso é importante para transformar em ativos ambientais áreas abandonadas ou que geram pequenas receitas;
- O cômputo das áreas de APP para o cálculo da RL, o que será um grande incentivo para a recuperação/proteção de áreas ambientais importantes;
- O mercado de compensação deve ser entendido como desmatamento evitado, o que tem relação com o conceito de Reduções de Emissão por Desmatamento e Degradação (REDD plus); nesse sentido, o Código deve abrir espaço para que projetos dessa natureza possam gerar créditos de carbono, independentemente da obrigação de recompor/compensar;
- Agregar o valor das florestas e dos serviços ambientais à produção é um diferencial quase que exclusivo dos produtores brasileiros que deverá ser impulsionado pela nova governança florestal.

O polivalente **Walter Lazzarini**

Neto de um imigrante italiano, produtor rural na região de Altinópolis, e filho de um engenheiro agrônomo formado pela ESALQ, (1935), desde cedo Walter Lazzarini esteve em contato com a terra. Ele e os três irmãos seguiram os passos do pai e do avô e também se tornaram engenheiros agrônomos e produtores rurais.

Nascido em Campinas (SP), Lazzarini é da turma de 1969 da ESALQ e ao longo de sua carreira atuou em empresas ligadas ao reflorestamento e planejamento agropecuário. Depois de haver ocupado cargos no governo, abriu uma consultoria ambiental, que leva o seu nome. Ele também foi presidente da AEASP por duas gestões. Hoje, aos 64 anos, é presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Acompanhe a entrevista que Lazzarini concedeu ao JEA

JEA - Desde o início da sua carreira o senhor sempre esteve ligado à temática ambiental, mesmo quando ela não era pauta de discussões. Por quê?

WL - Veja, o meu conceito é de que todo engenheiro agrônomo é um ambientalista por excelência. O jovem quando escolhe cursar uma faculdade como agronomia, ele tem a visão da produção agropecuária e tem a visão da preservação dos recursos naturais, porque a atividade agropecuária depende fundamentalmente dos recursos naturais, em especial solo e água. Então, eu entendo que a capacidade de conciliação da produção e da produtividade com a preservação dos recursos naturais é que faz do engenheiro agrônomo ser o profissional do desenvolvimento sustentável. Há 40 anos não havia esta visão ambiental, pois as escolas não passavam esta orientação, e eu passei a me preocupar com as questões do meio ambiente mais por sensibilidade, por entender que havia um processo de degradação dos recursos naturais muito rápido que afetariam a produção e a produtividade agrícola.

JEA - Em que período presidiu a AEASP e qual foi o enfoque de sua gestão?

WL - Assumi a Associação quando tinha 29 anos de idade, realizando dois mandatos, de 1976 a 1978 e 1978 a 1980, evidentemente em trabalho voluntário, não remunerado, trabalho de apoio e divulgação da categoria agrônoma.

Sempre tivemos uma visão muito crítica na Associação de Engenheiros Agrônomos com relação ao tipo de agricultura que o Brasil estava perseguindo àquela época. Por este motivo nós nos direcionamos para chamar a atenção de nossa categoria que era fundamental trabalhar na preservação dos recursos naturais, que é o suporte para o desenvolvimento correto da agricultura.

JEA - Essa gestão não contrariava alguns setores?

WL - Sim, contrariava, porque a orientação que se tinha era de uso intensivo de capital na agricultura com apoio do próprio crédito rural das instituições oficiais, para a compra de defensivos, adubos, etc. E seguramente esta foi uma razão de ter havido uma reação bastante grande.

Porém, a administração que tivemos sempre foi muito aberta, com o Jornal do Engenheiro Agrônomo que chegou a ter 28 páginas, sendo bastante democrático, permitindo manifestação de todos os seguimentos. Quem quisesse escrever, desde que assumisse a responsabilidade de sua assinatura, tinha espaço. E isto foi muito importante, pois estávamos em plena ditadura, e a sociedade começou também a se manifestar através das entidades de classe. Havia certa desconfiança da sociedade com os partidos políticos e com os políticos em geral. Por isso acredito que a AEASP teve um destaque bastante significativo como uma tribuna de manifestação de uma categoria profissional muito importante para o país.



Foto: Kénia Fernandes

Engenheiro agrônomo, produtor, defensor do meio ambiente e da produção agrícola, ele é o presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente da FIESP

JEA - Por que o senhor é contrário às alterações no Código Florestal?

WL - Eu diria que o problema da agricultura brasileira é a baixa remuneração e não a falta de terra para se explorar. Até porque pegando dados do Ministério da Agricultura do Ministro Reinhold Sthephanes que esteve há um tempo aqui no conselho do agronegócio, ele informa que de pecuária são 173 milhões de hectares, ou 20% da área total do País é de pecuária. Nós temos alguma coisa como 190 < 200 milhões de cabeças de gado no país. Portanto temos uma cabeça de gado por hectare, considerando animal adulto ou animal jovem. Isto significa o seguinte, que se dobrarmos o número de cabeça por hectare, passando de uma para duas, sem muito esforço, nós teremos aqui uma quantidade brutal de área que pode ser utilizada para a agricultura. Com as técnicas agronômicas que temos não é preciso eliminar Reserva Legal ou Área de Preservação Permanente, pois essas áreas trazem benefícios imensos aos agricultores e agricultura brasileira.

JEA - O que um engenheiro agrônomo faz na Federação das Indústrias?

WL - Eu fui convidado em 2004 para fazer parte do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da FIESP. O Cosema foi recriado quando Paulo Skaff assumiu a FIESP. Depois de um ano como membro, Skaff me convidou para ser presidente. Eu disse, na época, que não poderia, mas acabei aceitando após uma conversa com Skaff, em que acordamos que eu teria liberdade em montar um Conselho que atendesse a sociedade e não apenas a indústria. O presidente aceitou e hoje o Cosema tem mais de 70 membros, e a imensa maioria não é da indústria, o que é um fato positivo, pois ele é formado por pessoas vindas dos mais diversos setores, porém ligadas à questão ambiental.

JEA - Como funciona o Cosema?

WL - Os conselhos são instituições ou organismos de apoio a manifestação do presidente da FIESP. O nosso se reúne mensalmente, temos grupos de trabalho que discutem recursos hídricos, mudanças climáticas, dentre outros temas.

É bastante agradável saber que discutimos questões ambientais no meio dos industriais e sentir que existe aceitação tanto por parte da FIESP como por parte dos industriais como um todo. Discutimos estas questões de forma ampla a ponto de termos hoje um comitê de mudanças climáticas, que surgiu em função do nosso Conselho. Os industriais, claro, entenderam que as mudanças climáticas afetarão a produção agrícola e industrial e por isso é preciso estar atento.

Comunidade, escola e ciência, unidas pela preservação

Maria Conceição Lopes, Oficial ApCT

O projeto de educação ambiental, "Bacia Hidrográfica: Um Instrumento na Educação" – FEHIDRO TG 350/2009, tem como objetivo a formação de educadores e alunos por meio de atividades técnicas/pedagógicas, desenvolvidas durante visitas monitoradas da rede escolar pública e particular dos municípios integrantes do CBH-TG. Assim utiliza-se a pesquisa como ferramenta para formação de agentes multiplicadores e transmissores junto à comunidade regional, numa ação conjunta entre Instituição de Pesquisa, Escola e Comunidade.

O projeto é executado na Unidade Sede Apta Pólo Regional de Desenvolvimento Tecnológico dos Agronegócios do Centro Norte (Apta Pólo Regional Centro Norte) em Pindorama - SP, órgão vinculado a Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA, e seu representante legal designado como Coordenador é o Engenheiro Agrônomo, PqC VI Diretor Técnico da Unidade, Dr. Antonio Lucio Mello Martins. A equipe técnica é composta por pesquisadores, técnicos de apoio e estagiários da Unidade, onde todos atuam como monitores ambientais.

Financiado por recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, via Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande (CBH-TG), o programa é formado por 24 atividades prático-didáticas desenvolvidas em campo com os alunos e professores visitantes que são levados a vivenciarem na prática o conteúdo programático dos livros didáticos, explorando a microbacia hidrográfica, localizada na Unidade. Paralelamente às atividades de visitas monitoradas o projeto oferece capacitações técnicas e pedagógicas com carga horária de 192 horas equivalendo a curso de especialização.

Este trabalho de temática ambiental cumpre com a missão da APTA - Pólo Regional Centro Norte de "gerar e transferir conhecimentos a nível regional". Vindo ao encontro das diretrizes da educação ambiental cuja premissa é a transferência do conhecimento sobre os recursos naturais, a fim de ajudar à sua preservação e principalmente a utilização sustentável desses recursos. Com a divulgação dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos na Unidade para a comunidade, busca-se popularizar os conceitos técnico-científicos acerca do uso e ocupação do solo e da água de uma bacia hidrográfica e preservação dos recursos hídricos. Tais conceitos são levados para dentro da sala de aula e aplicados no conteúdo programático escolar, monitorando atividades práticas de aprendizado desenvolvidas e usando o espaço de uma instituição de Pesquisa.



Crédito de todas as fotos: divulgação



Colhendo os frutos

Este projeto de educação ambiental teve início em 2005 e se encontra na sua quarta etapa de atividades. Em quatro anos consecutivos foram registrados 14.500 alunos recebidos em visitas monitoradas e aproximadamente 460 educadores provenientes de 35 municípios do CBH-TG e também de outros comitês. Ao longo deste período também foram capacitados 120 educadores de ensino fundamental e médio.

Em 2008 e 2009, divulgando ações regionais, o projeto recebeu o prêmio de melhor prática significativa em educação ambiental em recursos hídricos do comitê organizador do VI e VII Diálogo Interbacias de Educação Ambiental, evento realizado anualmente pelo consórcio de comitês paulistas na cidade de Avaré-SP. No ano de 2010 desta-

cou-se entre os melhores trabalhos selecionados para apresentação oral no VIII Diálogo. O projeto apresentou, em 2010, como atividade de difusão a realização do "II Encontro de Educação Ambiental do Pólo Regional Centro Norte na Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande", com a participação de um público de aproximadamente 250 educadores e técnicos que atuam na Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo Grande, visando articular a integração de ações educativas de outros comitês de Bacias Hidrográficas e outras instituições parceiras.

Na atual etapa do projeto almeja-se desenvolver uma metodologia científica para avaliação de atividades de educação ambiental, criando uma padronização para avaliações de trabalhos educativos ambientais; uma iniciativa bastante inovadora.

O governo Dilma e o agronegócio

Eduardo Daher

O governo Dilma Rousseff completa seus primeiros cem dias com bom índice de aprovação em pesquisas de opinião pública. Eleita sob a promessa de dar continuidade à administração petista, a presidente já imprime seu perfil e ritmos próprios à nova equipe ministerial. É provável que siga fiel às principais políticas públicas do governo Lula, que levaram à retomada do crescimento econômico e à melhor distribuição da renda nacional. Neste sentido, sabe-se que seu governo manterá programas sociais como o Bolsa Família e dará sequência às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como forma de gerar empregos e dotar o país da infraestrutura necessária para seguir avançando.

Pouco se falou, entretanto, nos debates e na propaganda no rádio e na TV, durante o longo período de campanha eleitoral, sobre as propostas dos candidatos à Presidência da República para um dos setores mais importantes da economia brasileira – que contribui com 26% do Produto Interno Bruto (PIB), responsável por 36% das exportações e cerca de 40 milhões de empregos diretos. Trata-se dos segmentos produtivos da agropecuária, ou do complexo do agronegócio, definido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) como “a soma das atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, da produção agropecuária, do processamento, da transformação e da distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final”.

Integrantes da extensa cadeia do agronegócio se reuniram, em agosto do ano passado para discutir um amplo documento que traduzisse, de forma objetiva, a expectativa do setor em relação ao novo governo. Participaram da iniciativa cerca de vinte entidades e associações, representando os setores da produção rural, da pesquisa, financeiro, das indústrias, de transporte, distribuição, exportação e comércio. O documento Propostas do Agronegócio para o próximo Presidente da República foi aprovado durante o 9º Congresso Brasileiro de Agribusiness, realizado pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), sugerindo uma série de ações, coordenadas pelo Mapa, para que o setor, já atualmente dotado de reconhecido potencial, possa se desenvolver de forma sustentada e se consolidar como o motor do crescimento nos próximos anos.

As metas são ambiciosas, mas perfeitamente factíveis. Propõe-se dobrar, no período de dez anos, a receita gerada pela agricultura e pecuária, alcançando 130 bilhões de dólares. Isso implicaria em ampliar as exportações de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo), com ganhos de 20% de produtividade, em 38%; de carnes (frango, bovina e suína), em



Foto: divulgação

38%; de cana-de-açúcar, de 571 para 1.006 milhões de toneladas, com o aumento da produção de açúcar e etanol; e de papel e celulose, de 22,11 para 30,34 milhões de toneladas.

As propostas econômicas se traduzirão, concretamente, em avanços nas conquistas sociais. Na verdade, o mercado interno já tem sido abastecido, a preços reais decrescentes – conforme destaca o documento aprovado no Congresso da Abag –, com alimentos, fibras, agroenergia e produtos florestais. Assim, as atividades agropecuárias contribuem, de maneira objetiva, para a redução da fome e da pobreza, sobretudo nas regiões agrícolas do Norte e Nordeste do País e áreas carentes metropolitanas. As exportações, por sua vez, suprem o mundo, garantem o saldo positivo na balança comercial e atenuam os impactos negativos sobre a fome, como ocorreu na crise de 2008 e 2009. Ou seja, a contribuição socioeconômica tem sido a expressiva marca da trajetória do agronegócio brasileiro.

Tornam-se fundamentais e de caráter estratégico, neste sentido, os investimentos em infraestrutura – rodovias, ferrovias, hidrovias, dutovia, plataforma multimodal, portos estratégicos; em pesquisa e desenvolvimento (a proposta é que 2% do valor da produção agropecuária sejam investidos em projetos da área); em defesa agropecuária: por exemplo, harmonizar as regras de uso e alterações de componentes nas formulações e nos produtos de defesa vegetal, com prioridade à análise e aprovação de inovações tecnológicas; dessa forma, confere-se maior agilidade aos órgãos oficiais encarregados – Mapa, Anvisa e Ibama – de analisar e aprovar as tecnologias demandadas pelos agricultores. São inovações vitais para sua competitividade, pois os produtores concorrentes nos países desenvolvidos já dispõem das mais modernas tecnologias.

O conjunto de propostas aprovado no Congresso da Abag e submetido aos então presidentes deve ser visto como contribuição importante do agronegócio ao, agora, governo de Dilma Rousseff. Esse diálogo será mais eficiente e proveitoso quanto mais as lideranças políticas, e a sociedade como um todo, entenderem que o caminho para o desenvolvimento do País, com geração de emprego, renda e a vida melhor que todos almejamos, passa, necessariamente, pelo aumento da competitividade e pela produção sustentável no campo.

Eduardo Daher é bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo, USP; graduado e pós-graduado em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas, FGV-SP; e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal, Andef.





O governador Geraldo Alckmin em encontro com engenheiros agrônomos em Pindamonhangaba (SP). Ao lado do governador, à esquerda, o tesoureiro da AEASP, René de Paula Posso, que compareceu ao evento representando a entidade.

Safra brasileira registra recorde

O Rally da Safra 2011, principal levantamento privado da produção nacional de soja e milho, aponta números históricos de produção em praticamente todas as regiões agrícolas brasileiras. O bom desempenho das lavouras de soja precoce no Centro-Oeste, a alta produtividade no Paraná e Rio Grande do Sul e a expectativa de resultados positivos no Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia marcam a safra 2010/2011. Veja detalhes no site: www.rallydasafra.com.br, e pelo twitter.com/RallySafra

Transgênicos

Cresceu a participação de transgênicos nas lavouras, de acordo com a avaliação das equipes do Rally da Safra: a soja passou de 72% na safra 2009/10 para 86% em 2010/11. Já o milho de verão saiu de 45% para impressionantes 83%.

Já as perdas de pós-colheita, monitoradas pela primeira vez durante a expedição, chegaram, em média a 4%, que equivalem a 2 sacos de soja por hectare. Ao todo, o Brasil deixou nessa safra 2,9 milhões de toneladas de soja não colhida adequadamente no campo.

Milho

Embora a área plantada não tenha crescido, a safra de milho verão é maior do que a estimada inicialmente e também superior à do ano passado, de acordo com os números do Rally. O Sul do Brasil e o Oeste da Bahia são destaques em produtividade, sendo que o Paraná deve alcançar o recorde de 131,4 sacas por hectare.



Fundação Agrisus elege novos curadores

Ao completar 10 anos, a Agrisus cumpre as diretrizes fixadas no Plano de Trabalho de 2009, que propunha examinar os estatutos, principalmente quanto a tornar o Conselho Curador representativo da comunidade agrícola e agrônoma do país. Por isso a entidade elegeu seu novo Conselho. Tomaram posse no início de abril os seguintes membros do Conselho Curador, com mandatos de cinco anos: José Otávio Machado Menten (Eng. Agr., professor do Departamento de Fitopatologia e Nematologia da ESALQ); Ricardo Shirota (Eng. Agr. professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ); Fernando Penteado Cardoso Filho (Eng. Agr., fundador da Agrisus, ex-presidente da Manah S.A., presidente da Connan S.A-Supl.Mineris e pecuarista). Para mandatos de três anos tomaram posse: José Maria de Arruda Mendes Filho (Eng. Florestal, diretor da Votorantin Celulose e Papel S/A); Ricardo Caiuby de Faria (Eng. Agr., diretor da Sucral - Soluções em Açúcar, Etanol e Cogeração); Siu Mui Tsai (Eng. Agr., professora e pesquisadora do CENA - Centro de Energia Nuclear na Agricultura, órgão



da ESALQ); Wilson Roberto Soares Mattos (Eng. Agr., professor do Departamento de Zootecnia da ESALQ). O objetivo é trazer para a administração da entidade pessoas ligadas ao professorado, à pesquisa e à produção agropecuária, preocupadas com a fertilidade do solo como fator básico para uma agricultura sustentável.

Declaração de conformidade

O produtor paulista pode contar com os técnicos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para a emissão da declaração de conformidade agropecuária, documento exigido nos financiamentos do Banco do Brasil. Esse serviço é prestado pelos profissionais da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), através das Casas da Agricultura e seus Escritórios Regionais, que são os pontos de atendimento da Secretaria espalhados pelo Estado. É possível preencher o requerimento pela internet por meio do site www.cati.sp.gov.br.

A resolução conjunta, publicada em dezembro de 2010, entre as Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente permitiu que a instituição emita uma declaração de que as atividades agropecuárias, com área inferior a 1000 hectares, são passíveis de dispensa de licenciamento, desde que atendam à legislação pertinente ao uso e conservação do solo, ao manejo de agrotóxicos e à adoção de boas práticas de produção agropecuária.

Dentre os empreendimentos que podem solicitar a Declaração estão o cultivo de espécies de interesse agrícola temporárias, semi-perenes e perenes; reflorestamento econômico; criação de animais domésticos de interesse econômico, exceto as atividades de avicultura, suinocultura e aquicultura; aquisição de máquinas, implementos e insumos agrícolas. Os projetos agropecuários com área acima de 1000 hectares, independente de sua natureza, devem ser licenciados pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, órgão da Secretaria de Meio Ambiente.



Instituto de Botânica inaugura Laboratório de Geoprocessamento



O Instituto de Botânica, adquiriu uma série de equipamentos e montou o Laboratório de Geoprocessamento do CERAD, que permitirá a Instituição executar tarefas em todas as áreas de pesquisa e atuação, em especial aquelas relacionadas a restauração ecológica de áreas degradadas, envolvendo projetos com impactos ambientais. Como o rodônel Mário Covas, e análises de áreas florestadas e em processo de reflorestamento, monitoramento e avaliações sobre áreas restauradas.

O responsável pela entidade, o pesquisador Luiz Mauro Barbosa, diz que com a utilização da informática na automação de processos, várias ferramentas apareceram para capturar, armazenar, processar e apresentar informações espaciais georreferenciadas. "E a ligação técnica e conceitual destas ferramentas levou ao desenvolvimento da tecnologia de processamento informatizado de dados geográficos, denominado geoprocessamento", comenta ele.

Agenda



02/05/2011

XXXV Curso para Habilitação de Engenheiros Agrônomos para Emissão de CFO/CFOC

12/05/2011

Curso: Planos de Saneamento Básico

23/05/2011

IV Edição do Curso de Produção de Água, Recuperação e Preservação de Nascentes

25/05/2011

III SIBAC - Simpósio Brasileiro de Acarologia

26/05/2011

Curso de Andrologia em Ovinos

Perfil de um agrônomo

Henrique Mazotini graduou-se como Engenheiro Agrônomo especializado em Fitotecnia pela Faculdade de Agronomia e Zootecnia Manoel Carlos Gonçalves, em Espírito Santo do Pinhal, interior paulista, em 1973.

Durante 23 anos, exerceu sua atividade profissional no setor de defensivos agrícolas, atuou em diversas áreas como desenvolvimento de produtos, vendas e marketing.

Foi gerente de negócios no Instituto Agronômico de Campinas (IAC); diretor de pesquisa de mercado na Associação Brasileira de Marketing Rural (ABMR); diretor de mercado de trabalho e vice-presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP). Atualmente é presidente executivo da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV). O cargo de Executivo em uma Associação de âmbito nacional implica em uma série de atividades. A principal é o relacionamento, tanto com os Associados quanto com Entidades de Classe, Associações do setor, Sindicatos e Governos

(esfera municipal, estadual e Federal). Além disto, é necessário acompanhamento das finanças e das demais rotinas e burocracias referentes à associação.

Mazotini afirma que os maiores desafios da função que ocupa hoje são os eventos e projetos delineados para 2011, "com destaque para a realização do I Congresso ANDAV – Congresso que envolverá toda a cadeia da distribuição de insumos agrícolas e veterinários, que ocorrerá em São Paulo no período de 26 a 28 de julho." Bem como a implantação de um processo de qualificação dos canais de distribuição, projeto que qualificará e profissionalizará o setor, dando aos canais a oportunidade de se destacarem e terem sua importância reconhecida pela agropecuária nacional.

O estudante pergunta

Os estudantes de engenharia agrônoma da ESALQ, Hugo F. Matheus (5º ano) e André Rossi (4º ano) perguntam ao engenheiro agrônomo Henrique Mazotini:

Estudantes - Como você vê a atual tendência na graduação do curso de agronomia dos alunos priorizarem as disciplinas voltadas para a área econômica?

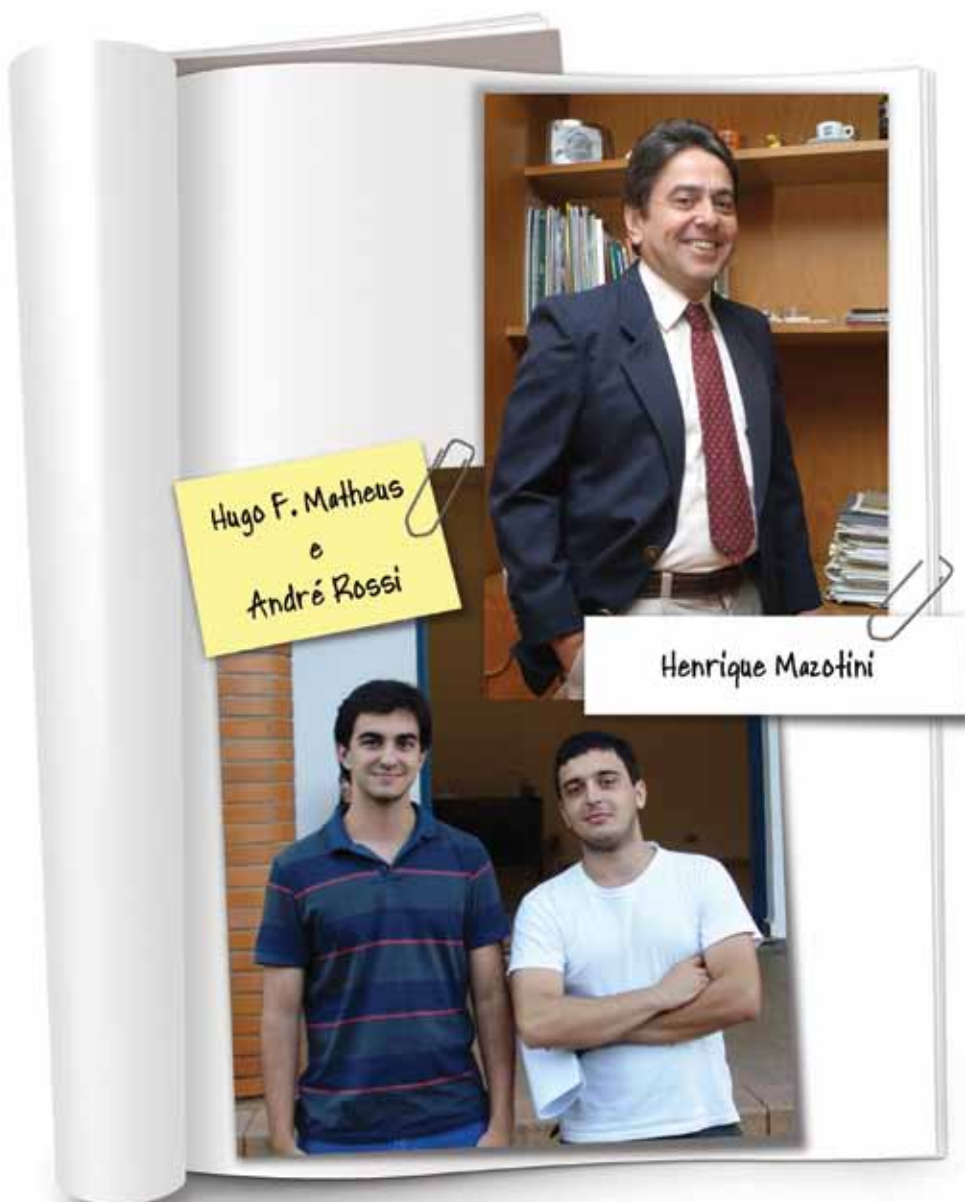
Henrique - A área econômica é muito importante para qualquer profissão, principalmente para o Engenheiro Agrônomo, pois na sua vida profissional, qualquer que seja o ramo de atividade exercida, os conhecimentos de economia são fundamentais.

Estudantes - Não seria mais importante que os futuros profissionais se capacitassem mais para as áreas de produção agrícola, em especial para as que tenham uma relação direta com os produtores rurais?

Henrique - A relação com os produtores rurais envolve todas as disciplinas básicas da formação. Cito algumas fundamentais: entomologia, fitopatologia, economia, química e fertilidade. Não se deve esquecer o conhecimento das responsabilidades técnicas e da legislação básica que rege o exercício profissional.

Estudantes - O mercado de trabalho ainda necessita de agrônomos voltados para manter contato direto com o produtor rural?

Henrique - O mercado necessita cada vez mais de Engenheiros Agrônomos voltados para o atendimento do produtor, pois o Brasil "é a bola da vez" no cenário mundial e tem a agricultura em franco crescimento. Podemos dobrar a área cultivada (sem derrubar uma única árvore), o que faz de nós o país que alimentará o mundo. E para tanto necessitamos de Engenheiros Agrônomos preparados e encorajados com a agropecuária nacional. Sucesso!



Solidariedade

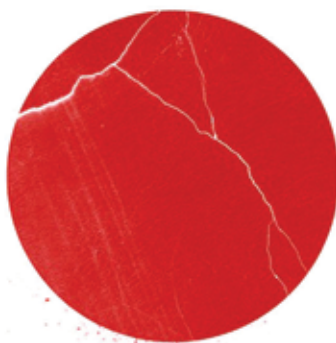
O Brasil detém a maior concentração de japoneses e seus descendentes fora do Japão. Em função da tradição agrícola, desse povo milenar, por nós herdada com a imigração maciça, nosso país foi muito beneficiado por essa característica desse povo.

Assim novas culturas e técnicas agrícolas foram incorporadas ao dia a dia da Agricultura brasileira. Não é preciso dizer do grande número de profissionais, engenheiros agrônomos, muitos dos quais nossos associados, abraçaram essa carreira seguindo as tradições familiares.

Agora com essa tragédia no Japão, a Diretoria da AEASP houve por bem solidarizar-se com os que estão sofrendo as conseqüências dessa catástrofe. Para que não fiquemos apenas nas boas intenções, estamos divulgando o material abaixo que mostra os caminhos de demonstrarmos nossa solidariedade ativamente.



Atenciosamente,
Diretoria da AEASP



Cruz Vermelha do Japão recebe doações em prol das vítimas do terremoto

Por Célia Abe Oi

Os representantes das entidades nipo-brasileiras que coordenam a "Campanha de Arrecadação às Vítimas do Terremoto no Japão" anunciaram que os recursos serão encaminhados para a Cruz Vermelha do Japão. A Campanha é promovida por cinco entidades nipo-brasileiras: Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social (Bunkyo), Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo (Enkyo), Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil (Kenren), Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil e Aliança Cultural Brasil-Japão.

Contas para depósitos de doações:

Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social - BUNKYO | CNPJ: 61.511.127/0001-60

Banco Bradesco

Agência: 0131-7 Conta Corrente: 112959-7

OU

Banco Santander

Agência: 4551 Conta Corrente: 13090004-4

Informações: www.bunkyo.bunkyonet.org.br | E-mail: contato@bunkyo.org.br | Tel.: (11) 3208-1755 / Fax: (11) 3208-5519.

Beneficência Nipo-Brasileira de São Paulo – ENKYO | CNPJ: 60.992.427/0001-45

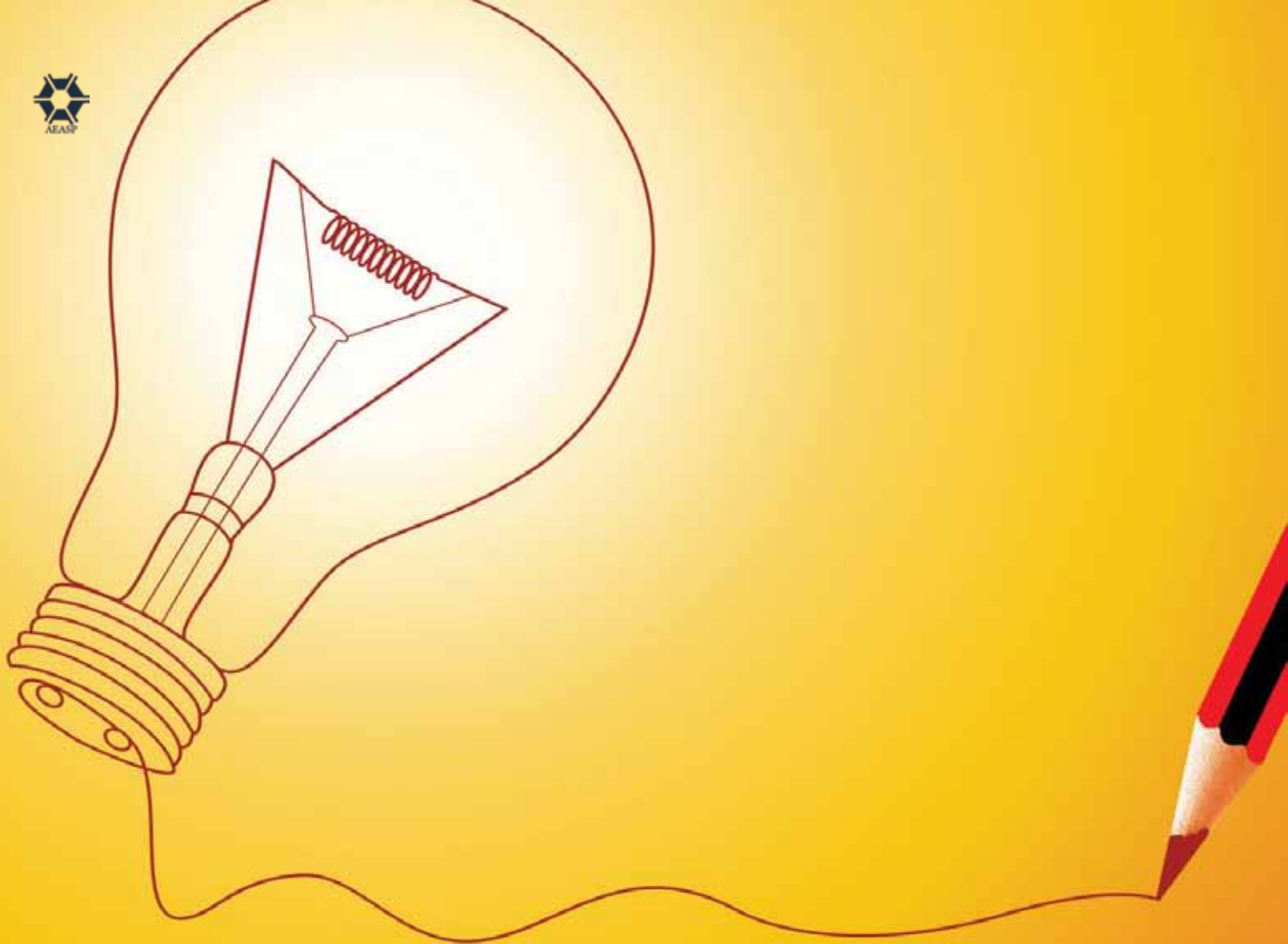
Banco Bradesco: Agência: 0131-7 | Conta Corrente: 131.000-3

Informações: E-mail: enkyodiretoria@enkyo.org.br | Secretária: Gushiken (11) 3274-6482 / Mutsuko (11) 3274-6484.
Financeiro: Akiko (11) 3274-6489 / Patrícia (11) 3274-6507.

Federação das Associações das Províncias do Japão no Brasil - KENREN | CNPJ: 46.568.895/0001-66

Banco do Brasil: Agência: 1196-7 | Conta Corrente: 29921-9

Informações: E-mail: info@kenren.org.br | Tel.: (11)3277-8569/ (11)3277-6108/ (11)3399-4416 - Fax: (11)3207-5224.



Lembre-se!

Preencha a ART

Ao preencher o campo com o número 058, o profissional estará automaticamente fazendo sua contribuição à AEASP, ajudando assim a manter o trabalho da Entidade de defesa e desenvolvimento da agronomia brasileira. Se o emissor deixar o campo 31 em branco a alíquota não é repassada para nossa entidade e vai direto para o Confea. Os tipos de ARTs específicas para o engenheiro agrônomo são as de Obras, Serviços, Receituário Agrônomo, Desempenho de Cargo/Função e Crédito Rural.

Os engenheiros agrônomos e profissionais da área tecnológica que preenchem a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) podem estar deixando de preencher o campo 31 do formulário, no qual o responsável tem o direito de destinar 10% do valor à entidade de classe de sua preferência.

Atualização do cadastro

A comunicação no mundo de hoje é dinâmica e o meio eletrônico passou a ser imprescindível para desenvolver qualquer atividade.

Entretanto o cadastro de sócios da AEASP não possui o endereço eletrônico de aproximadamente 40 % de seus membros. Por isso a AEASP pede a sua colaboração para a atualização desses dados. Envie seu nome e endereço eletrônico – email – para: aeasp@sti.com.br

Jornal do Engenheiro
Agrônomo

Para anunciar no JEA ou recebê-lo, entre em contato:
Rua 24 de Maio, 104 - 10º andar
CEP 01041-000 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3221-6322
Fax (11) 3221-6930
aeasp@sti.com.br/aeasp@aeasp.org.br